



Tijoá Participações e Investimentos S.A.

Informações Trimestrais (ITR) acompanhadas do
Relatório sobre a Revisão das Informações Trimestrais

Em 31 de março de 2018

Índice

	Página
Relatório sobre a revisão das informações trimestrais	3
Informações contábeis trimestrais	5
Notas explicativas às informações trimestrais para o período findo em 31 de março de 20	13

Relatório sobre a revisão das demonstrações contábeis intermediárias

Grant Thornton Auditores Independentes
Rua Voluntários da Pátria, 89 – 5º andar
Botafogo
Rio de Janeiro | RJ | Brasil
T +55 21 3512-4113
www.granthornton.com.br

Aos:
Administradores e Acionistas da
Tijóá Participações e Investimentos S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Introdução

Revisamos as demonstrações contábeis intermediárias da Tijóá Participações e Investimentos S.A. (Companhia), referentes ao período findo em 31 de março de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis intermediárias elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) “Demonstração intermediária”, assim como pela apresentação dessas demonstrações com a utilização dos mesmos critérios requeridos pelas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de demonstrações contábeis intermediárias (NBC TR 2410 “Revisão de informações intermediárias executada pelo auditor da entidade” e ISRE 2410 “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de demonstrações contábeis intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão sobre as demonstrações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas com os mesmos critérios requeridos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Rio de Janeiro, 18 de abril de 2018.

A handwritten signature in blue ink that reads "Ana Cristina Linhares Areosa".

Ana Cristina Linhares Areosa
CT CRC RJ-081.409/O-3

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1 "S" - RJ

Tijoá Participações e Investimentos S.A.

Balanço patrimonial em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

ATIVO

	<u>Notas</u>	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	8.230	7.008
Aplicação financeira vinculada	5	7.593	6.973
Contas a receber	6	14.562	13.885
Impostos a recuperar	7	1.736	601
Outros créditos	8	1.246	1.405
Total do ativo circulante		<u>33.367</u>	<u>29.872</u>
Ativo não circulante			
Impostos diferidos	23a	242	194
Imobilizado	9	39.473	39.413
Intangível	10	737	818
Total do ativo não circulante		<u>40.452</u>	<u>40.425</u>
Total do ativo		<u><u>73.819</u></u>	<u><u>70.297</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Tijóá Participações e Investimentos S.A.

Balanço patrimonial em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Notas</u>	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Passivo circulante			
Fornecedores	11	1.847	3.484
Encargos do setor	12	9.534	8.867
Partes relacionadas	13	3.220	3.294
Salários, provisões e encargos sociais a recolher	14	2.022	1.260
Impostos e contribuições a recolher	15	2.074	664
Outras obrigações		1	235
Total do passivo circulante		<u>18.698</u>	<u>17.804</u>
Passivo não circulante			
Obrigações especiais	16	31.529	31.789
Total do passivo não circulante		<u>31.529</u>	<u>31.789</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	17.1	13.801	13.801
Reservas de lucros	17.2	6.903	6.903
Lucros acumulados		2.888	-
Total do Patrimônio líquido		<u>23.592</u>	<u>20.704</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>73.819</u>	<u>70.297</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Tijóá Participações e Investimentos S.A.

Demonstração dos resultados para os períodos findos em 31 de março de 2018 e de 2017

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	<u>Notas</u>	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Receita líquida de produtos e serviços	18	29.314	26.136
Custo dos produtos e serviços	19	(23.768)	(21.324)
Lucro bruto		5.546	4.812
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	20	(1.156)	(1.029)
Lucro antes do resultado financeiro		4.390	3.783
Despesas financeiras	21	(220)	(237)
Receitas financeiras	21	154	359
Lucro antes do IRPJ e da CSLL		4.324	3.905
Despesa de IRPJ e CSLL - Corrente	23b	(1.484)	(1.584)
Despesa de IRPJ e CSLL - Diferido	23a	48	-
Lucro líquido do período		2.888	2.321
Lucro por ação - R\$		0,21	0,17

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Tijóá Participações e Investimentos S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o período findo em 31 de março de 2018 e exercício findo em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
Em 31 de dezembro de 2016		13.801	1.168	923	-	15.892
Lucro líquido do exercício		-	-	-	12.812	12.812
Constituição de reservas		-	641	5.093	(5.734)	-
Distribuição de dividendos	17.3	-	-	(922)	(7.078)	(8.000)
Em 31 de dezembro de 2017		13.801	1.809	5.094	-	20.704
Lucro líquido do período		-	-	-	2.888	2.888
Em 31 de março de 2018		13.801	1.809	5.094	2.888	23.592

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Tijoá Participações e Investimentos S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os períodos findos em 31 de março de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	31/03/2018	31/03/2017
Das atividades operacionais		
Lucro antes do IR e CSLL	4.324	3.905
	4.324	3.905
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado/ consumido nas atividades operacionais		
Depreciações e amortizações	435	155
	4.759	4.060
Resultado ajustado		
Decréscimo/ (acrécimo) de ativos		
Contas a receber	(677)	6.412
Partes relacionadas (ativo)	-	(13)
Impostos a recuperar	(130)	(1.609)
Outros créditos	159	224
Acrécimo/ (decrécimo) de passivos		
Fornecedores	(1.637)	255
Encargos do setor	667	(80)
Partes relacionadas	(74)	769
Salários e encargos sociais a recolher	760	70
Impostos e contribuições a recolher	(74)	1.502
Outras obrigações	(492)	(250)
Impostos e contribuições pagos	(1.005)	(1.607)
Caixa gerado nas atividades operacionais	2.256	9.733
Das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(414)	(8.003)
Aplicação financeira vinculada	(620)	2.323
Caixa aplicado nas atividades de investimento	(1.034)	(5.680)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	1.222	4.053
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do período	7.008	8.479
No final do período	8.230	12.532
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	1.222	4.053

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Tijóá Participações e Investimentos S.A.

Demonstração dos resultados abrangentes para os períodos findos em 31 de março de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Resultado do período	2.888	2.321
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do período	<u>2.888</u>	<u>2.321</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Tijoá Participações e Investimentos S.A. (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, de direito privado, constituída em 23 de setembro de 2011, que tem por objeto a exploração de potenciais hidráulicos para fins de geração de energia elétrica na usina Três Irmãos (Usina) e de atividades correlatas e auxiliares à exploração desses aproveitamentos e respectivas instalações, observadas as normas regulamentares aplicáveis.

A Companhia detém a concessão em regime de alocação de cotas de garantia física e de potência da Usina até 10 de outubro de 2044, conforme Contrato de Concessão nº 03/2014-MME, assinado em 10 de setembro de 2014, outorgado pela União, através da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

O Contrato determina que toda garantia física de energia e de potência da Usina será alocada, integralmente, em regime de cotas destinadas às Distribuidoras do Sistema Interligado Nacional – SIN, a Concessionária, será remunerada por receita decorrente da aplicação da tarifa calculada pela ANEEL denominada Receita Anual de Geração (RAG), a qual passou a perceber receita a partir de outubro de 2014.

Os investimentos realizados pela Concessionária, seja de ampliação ou melhoria, serão avaliados e incorporados à RAG no processo de revisão tarifária subsequente.

A Usina localiza-se no município de Andradina, SP com uma potência instalada total de 807,5 MW e energia assegurada 217,5 MWh.

2. Elaboração e apresentação das Demonstrações Contábeis Intermediárias

2.1. Bases de preparação e apresentação das demonstrações contábeis intermediárias

As demonstrações contábeis intermediárias foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) aprovado pela Deliberação CVM 673/11, utilizando os mesmos critérios aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais requeridas pelas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações contábeis intermediárias referentes a 31 de março de 2018, são consistentes com as políticas utilizadas na preparação das demonstrações contábeis referentes a 31 de dezembro de 2017, divulgadas em conjunto para efeito de comparação.

As notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias contêm descrições narrativas e detalhes da composição das informações apresentadas nos balanços patrimoniais, nas demonstrações do resultado, na demonstração das mutações do patrimônio líquido e nas demonstrações dos fluxos de caixa.

As demonstrações contábeis intermediárias do período findo em 31 de março de 2018 foram autorizadas pela diretoria em 18 de abril de 2018.

a) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis intermediárias são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras divulgadas nas demonstrações contábeis intermediárias apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2. Pronunciamentos emitidos, mas que não estavam em vigor em 31 de março de 2018

IFRS 16 - Leasing (aplicável a partir de 1 de janeiro de 2019)

A Companhia avaliou os reflexos destas normas, e no entanto, não espera impacto relevante sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

2.3. Julgamentos e estimativas contábeis

Na aplicação das práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis utilizados na preparação das demonstrações contábeis, que de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

3. Principais práticas contábeis adotadas

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são classificados em conformidade com seu prazo de realização, sendo demonstrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos períodos e deduzidos, quando aplicável, de provisão para ajuste ao seu valor líquido de realização.

b) Contas a receber de clientes e perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e deduzidas das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, a qual é reconhecida considerando-se a avaliação individual dos créditos, a análise da conjuntura econômica e o histórico de perdas registradas em exercícios anteriores por faixa de vencimento, em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobertura de prováveis perdas na realização conforme os valores demonstrados na Nota Explicativa nº 6.

c) Tributação sobre a renda

Tributos correntes

A provisão para tributos sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto sobre a renda é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício, o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido da Companhia são calculados da seguinte forma:

- i) Imposto de Renda da Pessoa Jurídica: à alíquota de 15%, acrescida da alíquota de 10% para o montante de lucro tributável que exceder o valor de R\$ 240;
- ii) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido: à alíquota de 9%.

A despesa de imposto de renda e contribuição social - correntes é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros.

A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.

d) Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

d.1) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis conforme a situação.

A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, aplicações financeiras e outros créditos.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- **Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado**

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

- **Empréstimos e recebíveis**

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

- **Investimentos mantidos até o vencimento**

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio sobre a aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização dos juros efetivos é incluída na rubrica receitas financeiras, na demonstração do resultado. As perdas originadas da redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

- **Ativos financeiros ao custo amortizado**

Em relação aos ativos financeiros apresentados ao custo amortizado, a Companhia inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se a Companhia concluir que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e os avalia em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável.

Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja ou continue a ser reconhecida não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável.

Quando houver evidência clara da ocorrência de redução do valor recuperável, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não incorridas). O valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados é descontado pela taxa de juros efetiva original para o ativo financeiro.

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado.

d.2) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, encargos do setor e outras obrigações.

e) Imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição. A depreciação é computada pelo método linear, de acordo com as taxas definidas pela ANEEL e demonstradas na Nota Explicativa nº 9.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômico-futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

f) Intangível

Os ativos intangíveis compreendem direitos de uso de *software*. A amortização é registrada pelo método linear, conforme taxas demonstradas na Nota Explicativa nº 10.

g) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

h) Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ações utilizando o número de ações ordinárias totais, ao fim do período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2018	31/12/2017
Caixa e bancos	7.145	2.094
Aplicações financeiras	1.085	4.914
	8.230	7.008

Incluem caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria “Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento financeiro ou outros fins. Em 31 de março de 2018 e em 31 de dezembro de 2017, as aplicações estão representadas por aplicações financeiras mantidas em Certificado de Depósito Bancário - CDB, remunerada a taxas entre 97% e de 100% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5. Aplicação financeira vinculada

	31/03/2018	31/12/2017
Aplicações financeiras – UG 05 (a)	1.601	1.596
Aplicações financeiras – Fiança (b)	5.992	5.377
	7.593	6.973

(a) Refere-se ao saldo remanescente da indenização líquida do prêmio de seguro, e reembolso dos custos diretos complementares incorridos durante a recuperação da UG 05, conforme Resolução Autorizativa ANEEL nº 6.676 de 17 de outubro de 2017 (vide Nota Explicativa nº 16). Em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017 o saldo está aplicado em Certificado de Depósito Bancário - CDB remunerado a taxas entre de 97% e 100% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

(b) Em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o saldo da conta está aplicado em (CDB) Certificado de Depósito Bancário remunerados a taxa 100% do (CDI) e bloqueado para movimentação em garantia para Carta fiança.

6. Contas a receber

	31/03/2018	31/12/2017
Contas a receber – Terceiros (i)	1.530	1.290
Suprimento de energia – CCGF (ii)	13.032	12.595
	14.562	13.885

(i) Montante a receber referente ao contrato 867/2014-DAQ/DNIT, firmado em outubro de 2014;

(ii) Montante a receber referente energia alocada em regime de cotas destinadas às Distribuidoras do Sistema Interligado Nacional – SIN, e faturadas conforme CCGF- Contrato de Cotas de Garantia Física, ajustado de acordo com o despacho ANEEL nº 590 de 02 de março de 2017;

O quadro a seguir apresenta os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

	31/03/2018	31/12/2017
A vencer	13.295	12.543
Vencidos até 30 dias	772	52
Vencidos de 31 a 60 dias	57	852
Vencidos há mais de 90 dias	438	438
	14.562	13.885

A Companhia tem como procedimento reconhecer as perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosas, quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores envolvidos de acordo com o prazo original das contas a receber. O cálculo da perda é, em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, considerando a situação de cada cliente e garantias oferecidas respectivamente. Em 31 de março de 2018 e de 31 de dezembro de 2017 não foi constituída a referida perda.

7. Impostos a recuperar

	31/03/2018	31/12/2017
Impostos a recuperar Lei 10.833	53	38
INSS a recuperar	100	-
PIS a recuperar não cumulativo (i)	101	99
COFINS a recuperar não cumulativo (i)	467	454
IRPJ estimativa	738	-
CSLL estimativa	267	-
IRPJ a recuperar	6	6
CSLL a recuperar	4	4
	1.736	601

(i) Os créditos referem-se ao inciso II do art. 3º das Leis nº 10.637/02 e 10.833/03, as quais regulamentam a sistemática do PIS/COFINS não cumulativo.

8. Outros créditos

	31/03/2018	31/12/2017
Seguros	703	999
Carta fiança	2	-
Adiantamento fornecedores	183	150
Adiantamento de férias e 13º	19	16
Projetos de P&D	339	240
	1.246	1.405

9. Imobilizado

	Imobilizado em serviço					Imobilizado em curso					Total
	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Reservatórios barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Adiantamento a fornecedores	Reservatórios barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Peças sobressalentes	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	3.954	208	20	-	-	12.673	2.672	562	136	188	20.413
Adições	356	-	2	-	-	12.924	4.290	1.894	122	452	20.040
Transferências	32.480	-	35	2.414	223	(25.518)	(6.962)	(2.414)	(258)	-	-
Baixas	(19)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(19)
Depreciação	(948)	(39)	(3)	(27)	(4)	-	-	-	-	-	(1.021)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	35.823	169	54	2.387	219	79	-	42	-	640	39.413
Adições	1	-	67	-	15	-	-	318	-	13	414
Transferências	-	-	-	318	-	-	-	(318)	-	-	-
Depreciação	(327)	(10)	(2)	(13)	(2)	-	-	-	-	-	(354)
Saldo em 31 de março de 2018	35.497	159	119	2.692	232	79	-	42	-	653	39.473
Taxa média de depreciação %	17%	16%	6%	2%	3%						

A Companhia não segrega valor residual dos principais componentes de seu ativo imobilizado, uma vez que ao final de suas vidas úteis não são esperados resultados positivos com a sua alienação.

Eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa de bens do ativo imobilizado, calculados como sendo a diferença entre valor líquido da venda e o valor contábil do ativo, são incluídos na demonstração do resultado em que o ativo foi baixado. A depreciação é calculada de forma linear de acordo com as taxas definidas pela ANEEL.

10. Intangível

	Licenças de uso e Software
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.133
Adições	10
Amortização	(325)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	818
Amortização	(81)
Saldo em 31 de março de 2018	737
Taxa de amortização %	20%

11. Fornecedores

	31/03/2018	31/12/2017
Fornecedores - Materiais e serviços	1.847	3.484
	1.847	3.484

A conta de fornecedores é composta principalmente por saldos a pagar de notas fiscais do Aditivo I ao contrato Reparo UG-05 com o fornecedor Andritz.

12. Encargos do setor

	31/03/2018	31/12/2017
P&D – Pesquisa e desenvolvimento	1.668	1.536
TFSEE - Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica	14	14
CFURH – Compen. finan. pela utilização de recurs. hídricos	2.080	1.728
TUST – Tarifa de uso do sistema de transmissão e conexão	5.772	5.589
	9.534	8.867

Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

Em conformidade com a Lei 9.991/2000, as concessionárias de serviços públicos de distribuição, transmissão e geração de energia elétrica, as permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica e as autorizadas à produção independente de energia elétrica, excluindo-se aquelas que geram energia exclusivamente a partir de instalações eólicas, solar, biomassa, cogeração qualificada e pequenas centrais hidrelétricas, devem investir anualmente um percentual de sua receita operacional líquida – ROL em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do setor de energia elétrica. As empresas do setor de geração de energia elétrica, devem investir no mínimo 1% de sua Receita Operacional Líquida – ROL em projetos de P&D regulados pela ANEEL.

Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (TFSEE)

A TFSEE foi criada, pela Lei nº 9.427, de 26/12/1996, e regulamentada pelo Decreto nº. 2.410, de 28/11/1997, com a finalidade de constituir a receita da ANEEL para cobertura das suas despesas administrativas e operacionais. A Lei nº. 12.783, de 11/01/2013, reduziu a TFSEE de 0,5% (cinco décimos por cento) para 0,4% (quatro décimos por cento) do valor econômico agregado pelo concessionário, permissionário ou autorizado.

Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)

A Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH é um percentual que as concessionárias e empresas autorizadas a produzir energia por geração hidrelétrica pagam pelo uso dos recursos hídricos para a geração de energia. A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL gerencia a cobrança da taxa e a distribuição dos recursos arrecadados entre os municípios, Estados e a União.

Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST)

A Resolução 281, de 1º de outubro de 1999, estabelece as condições gerais de contratação do acesso, compreendendo o uso e a conexão. A cobrança está regulamentada pela Resolução Normativa ANEEL nº 559/2013 que define o pagamento do uso do sistema de transmissão por meio da aplicação das Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão – TUST aos sistemas de transmissão de energia elétrica, a operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS.

13. Partes relacionadas

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/03/2017</u>
	Passivo	Resultado	Passivo	Resultado
TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A.	-	-	29	(85)
Furnas Centrais Elétricas S.A.	1.141	(2.963)	1.186	(2.150)
CSE - Centro de Soluções Estratégicas S.A	2.079	(3.142)	2.079	(3.008)
	3.220	(6.105)	3.294	(5.243)

- (a) O montante a pagar a CSE refere-se ao contrato firmado em outubro de 2015, com objeto de AO&M (Administração, Operação e Manutenção) da Usina Hidrelétrica Três Irmãos. Especificamente, com relação a CSE, o impacto no resultado está registrado principalmente como custo de operação.
- (b) Refere-se aos valores a pagar ao encargo da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST) e ao Contrato de Prestação de Serviços de Operação junto ao sistema elétrico da UHE Três Irmãos.

Os saldos de passivos em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, bem como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas as operações com partes relacionadas, estão apresentadas no quadro acima e foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações.

14. Salários, provisões e encargos sociais a recolher

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Provisões para férias e 13º salário	1.104	511
Encargos sobre salários e honorários da administração	205	179
Provisões bônus e PLR	713	570
	2.022	1.260

15. Impostos e contribuições a recolher

	31/03/2018	31/12/2017
IRRF PJ retido de terceiros	24	32
PIS, COFINS e CSLL retidos de terceiros	87	94
INSS retido de terceiros	12	12
ISS retido de terceiros	42	52
IRPJ a recolher	1.088	6
CSLL a recolher	394	46
PIS a recolher	74	73
COFINS a recolher	340	339
ISS a recolher	13	10
	2.074	664

16. Obrigações especiais

A Usina Hidrelétrica Três Irmãos (UHE Três Irmãos), cuja concessão atualmente é detida pela Tijoá Participações e Investimentos S.A. (Tijoá), tinha como concessionária até o dia 09 de outubro de 2014 a Companhia Energética de São Paulo (CESP). Durante a concessão da CESP ocorreu um sinistro na Unidade Geradora nº 05 (UG-05) da referida usina e a CESP acionou o seguro vigente à época, objetivando contratar os serviços e os equipamentos necessários à recuperação da unidade.

Ocorre que o reparo não foi realizado pela CESP, de forma que, extinto o prazo de vigência de sua concessão, foi realizado novo leilão da UHE Três Irmãos, sem que os referidos serviços de reparo fossem contratados. Nesta esteira, a Tijoá logrou-se vencedora do certame e assumiu a concessão no dia 10 de outubro de 2014, após um mês de operação assistida, com apenas 4 unidades geradoras funcionando, pois a UG-05 permanecia a espera de reparo. Dessa forma, a ANEEL, Agência reguladora do setor, entendeu que seria responsabilidade do novo concessionário, Tijoá, efetuar o serviço de reparo, mas determinou que para tanto fosse utilizado o valor do seguro vigente à época do sinistro. Após o recebimento pela CESP do montante do seguro, esta repassou a indenização para a Tijoá (R\$ 8.782).

Em 31 de maio de 2016, a ANEEL por meio da Resolução Autorizativa nº 5.864, autorizou a Tijoá a concluir o processo de contratação dos serviços e dos equipamentos necessários à recuperação da Unidade Geradora nº 5 (UG-05) da UHE Três Irmãos, no valor total de R\$ 29.334, sem impostos.

Esse montante foi inserido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, na liquidação financeira da contratação de cotas de garantia física e de potência, na proporção das respectivas cotas de garantia física e de potência da UHE Três Irmãos para pagamento por cada distribuidora e registrado em contrapartida da conta “Obrigações especiais – Passivo não circulante”.

Adicionalmente, essa mesma Resolução, estabelece que o prêmio do seguro supracitado é parte integrante desse ressarcimento financeiro e deveria ser descontado das últimas parcelas do cronograma de desembolso estabelecido pela ANEEL, logo também deveria ser considerado como “Obrigações especiais”.

Dessa forma, com base na referida Resolução, o registro do valor do prêmio de seguros foi contabilizado no passivo circulante da Companhia a título de adiantamento. Em 02 de março de 2017, por meio de Despacho nº 590 de 02 de março de 2017, a ANEEL determinou que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE efetuassem, a partir de março de 2017 (competência fevereiro de 2017), a liquidação financeira da contratação de cotas de garantia física e de potência da UHE Três Irmãos, o desconto do valor do prêmio de seguro, liquidando o adiantamento.

Em 13 de outubro de 2017, por meio da Resolução Autorizativa nº 6.676, a Aneel autorizou o reembolso do montante de R\$ 3.146 à Companhia de custos diretos complementares incorridos durante a recuperação da UG-05, por meio da inserção pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE do valor complementar autorizado, na liquidação financeira da contratação das cotas de garantia física e de potência do mês de outubro de 2017. O referido montante foi recebido em 21 de novembro de 2017.

Em maio de 2017, a UG-05 entrou em operação passando a ser depreciada. Dessa forma, também conforme, a Resolução Autorizativa nº 5.864 de 31 de maio de 2016, o saldo da conta de Obrigações Especiais é amortizado por montante equivalente a depreciação calculada sobre o valor do bem adquirido (UG-05) com esses recursos, de forma que o efeito desta despesa seja anulado no resultado do exercício, bem como no fluxo de caixa.

Assim sendo, em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017 o saldo da conta Obrigações especiais estão demonstrados como segue:

	31/03/2018	31/12/2017
Obrigações especiais	31.529	31.789
	31.529	31.789

17. Patrimônio líquido

17.1. Capital social

Em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o capital social da Companhia é de R\$ 13.801 dividido em 13.801.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

A distribuição das ações está assim representada:

	31/03/2018	31/12/2017
Juno Participações e Investimentos S.A.	6.914	6.914
Furnas Centrais Elétricas S.A.	6.887	6.887
	13.801	13.801

17.2. Reserva de lucros

	31/03/2018	31/12/2017
Reserva legal	1.809	1.809
Reserva de lucros	5.094	5.094
Total Reserva de lucros	6.903	6.903

17.3. Distribuição de lucros (dividendos)

	31/12/2017
Lucro líquido do exercício	12.812
(-) Constituição da reserva legal - 5%	(641)
(-) Constituição da reserva de retenção de lucros	(5.093)
Total	7.078
(-) Dividendos propostos/pagos – 2017	(7.078)
(-) Dividendos complementares – 2016	(922)
Total de dividendos	(8.000)

Os dividendos pagos no exercício anterior no montante de R\$ 8.000 foram aprovados para distribuição aos sócios na Assembleia Geral Extraordinária - AGE do dia 21 de novembro de 2017.

No trimestre findo em 31 de março de 2018 não houve proposta de distribuição antecipada de dividendos.

18. Receita líquida

	31/03/2018	31/03/2017
Receita bruta de vendas e serviços	35.353	33.475
Deduções da receita		
(-) PIS - Programa de integração social	(599)	(552)
(-) COFINS - Contribuição para financ. da seguridade social	(2.759)	(2.545)
(-) ISS – Imposto sobre serviço	(41)	(29)
(-) Encargos setoriais (*)	(2.640)	(4.213)
(-) Total deduções da receita operacional	(6.039)	(7.339)
Receita operacional líquida	29.314	26.136

(*) A variação da conta ocorreu principalmente pela redução do encargo da CFURH - Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos.

19. Custo dos produtos e serviços prestados

	31/03/2018	31/03/2017
Custo serviços de terceiros	(4.346)	(5.434)
Custo com pessoal	(1.888)	(1.220)
Custos com encargos do setor	(17.045)	(13.999)
Materiais	(112)	(356)
Depreciação e amortização	(50)	(37)
Seguros	(288)	(276)
Outros	(39)	(2)
	(23.768)	(21.324)

20. Despesas gerais e administrativas

	31/03/2018	31/03/2017
Pessoal e encargos	(236)	(150)
Honorários da administração e encargos	(413)	(277)
Serviços de terceiros	(382)	(473)
Depreciação e amortização	(125)	(118)
Outros	-	(11)
	(1.156)	(1.029)

21. Resultado financeiro

	31/03/2018	31/03/2017
Receita financeira		
Rendimento de aplicação financeira	149	359
Outras receitas financeiras	5	-
	154	359
Despesa financeira		
Comissões e despesas bancárias	(176)	(207)
Outros juros, multas e atualizações	(44)	(30)
	(220)	(237)
Resultado financeiro	(66)	122

22. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Considerações gerais e políticas

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia não contrata operações envolvendo derivativos financeiros como proteção à exposição aos riscos de mercado, moedas e taxas de juros, conforme política da Administração.

Gestão de risco financeiro - Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.

a) Risco de mercado

A Sociedade está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de mudanças nas taxas de juros.

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, sendo que substancialmente, às variações da taxa CDI que remunera suas aplicações financeiras em Certificado de Depósito Bancário - CDB.

b) Risco de crédito

O risco de crédito associado à possibilidade do não recebimento de valores faturados ao seu cliente. A Companhia também está sujeita a risco de crédito associado às suas aplicações financeiras. Este risco é atenuado pela restrição de suas operações a instituições financeiras consideradas de primeira linha pelo mercado e concentração das aplicações de renda fixa e curto prazo de vencimento.

a) Risco de liquidez

A Companhia monitora o risco de insuficiência de recursos, administrando seus recursos financeiros de modo a garantir o cumprimento de suas obrigações no curto e longo prazo.

b) Valores de mercado

Em 31 de março de 2018, os valores de mercado das aplicações financeiras aproximam-se dos valores registrados nas demonstrações contábeis pelo fato de elas estarem atreladas basicamente à variação do CDI.

23. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são registrados nas demonstrações contábeis com base na receita reconhecida e nos custos e despesas incorridos pelo regime de competência.

a) Tributos diferidos

É contabilizado um ativo ou passivo referentes a tributos diferidos a partir das diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis e com base nos prejuízos fiscais acumulados em exercícios anteriores, os quais, de acordo com a legislação tributária brasileira, não tem prazo prescricional para ser compensado.

Demonstrativo do cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido diferidos, registrados no ativo:

	31/03/2018	31/12/2017
Diferença temporária - PLR, Bônus	713	570
Alíquotas vigentes (25% de IRPJ e 9% de CSLL)	34%	34%
Total do IRPJ e CSLL diferidos ativo	242	194

b) Tributos correntes

A conciliação de despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	31/03/2018 IRPJ/CSLL	31/03/2017 IRPJ/CSLL
Resultado antes do IR e CSLL	4.324	3.905
Imposto de Renda e Contribuição Social alíquota nominal	(1.470)	(1.328)
(Adições) / exclusões temporárias (a)	(20)	(381)
(Adições) / exclusões exercícios anteriores (b)	-	119
Outros (c)	6	6
Imposto de Renda e Contribuição Social no resultado	(1.484)	(1.584)
Alíquota efetiva	34%	41%

Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social:

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

- a) Provisões de PLR, bônus e encargos e outras;
- b) Adição/exclusão dos valores correspondentes aos Incentivos fiscais concedidos a Lei Rouanet, Lei do Esporte, Fundo da Infância e Adolescência, Lei do Idoso, PRONON e PRONAS; e
- c) Parcela isenta do adicional do Imposto de Renda.

24. Seguros (não auditado)

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de Demonstrações Contábeis, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes

Coberturas	Vencimento	Importância segurada	Prêmio
Responsabilidade civil	07/11/2018	20.000	31
Riscos operacionais	07/11/2018	653.000	1.120
Veículos	25/05/2018	242	9

25. Remuneração dos administradores

A destinação deste montante será dada pelo Conselho de Administração, sendo certo que, no que se refere à remuneração dos membros do Conselho Fiscal, será observado o disposto no parágrafo 3º do art. 162 da Lei da S.A.

A remuneração total do pessoal chave da Administração reconhecida no resultado dos períodos está apresentada no quadro da Nota Explicativa nº 20.

A definição da remuneração dos administradores para este exercício está prevista para próxima AGO.

26. Contingências

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de aspectos cíveis e ambientais. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, adota a prática de provisionar apenas aquelas contingências classificadas como de risco provável.

Não havia contingências classificadas como risco provável de perda na data-base 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017. As causas classificadas como perda possível, não são registradas nas demonstrações contábeis, e são apresentadas como a seguir:

	31/03/2018	31/12/2017
Riscos cíveis	30	30

